

NA IGREJA DE FRANCISCO COMEÇOU A PERSEGUIÇÃO À SACRALIDADE E À TRADIÇÃO!

No momento em que a Igreja Católica começa a ingressar na maior crise de toda a sua existência, e que culminará em um terrível Cisma (quem viver mais dois anos verá...), lamentamos profundamente por aqueles que até hoje rejeitam e desdenham os autênticos avisos Celestes para estes tempos (que os fariam ver e entender facilmente tudo o que aí está, e o que irá acontecer...), iniciados em profusão, a partir da Aparição de Nossa Senhora em La Salette, na França, em 1846. De lá (passando por Fátima, Garabandal, Pe. Gobbi e tantos outros) até os dias de hoje, jamais foram interrompidos, pelo contrário, só aumentaram, conforme nos tinha sido alertado através do Profeta Joel no capítulo 3, versículo 1. Se buscarmos estes alertas com fé, humildade, oração e discernimento, com certeza os encontraremos. O Santo Pai conforme garantira ao Profeta Amós (capítulo 3, versículo 7), mantém e cumpre Sua promessa. No entanto, são seus próprios filhos que teimam em ignorá-la. Portanto, quando tudo se precipitar, não poderão alegar em suas defesas de que não sabiam...



JMJ/RJ: Missa na Praia de Copacabana. Imagem de Vinícius Farias. (<http://fratresinunum.com/>)

Isso aí é local e ambiente para uma Santa Missa? Isto é uma afronta a Deus!!! E ninguém diz nada, a maioria acha isto normal...? Inclusive o próprio sacerdote ali sentado? Mas o que eles pensam que é a verdadeira Igreja? Esqueceram que é O Corpo Místico do Senhor? E a Santa Missa, também esqueceram que é a Renovação do Santo Sacrifício do Calvário? Celebrar a Imolação do Senhor em um local de escândalos? Enlouqueceram todos! Quem são os verdadeiros loucos? Os que acreditam nos avisos Celestes, ou os desatinados apóstatas e profanadores?

Não se tratava de copo plástico?



Alguns avestruzes, se esforçando para não enxergar, insistem que não se tratava de copos plásticos na administração da Sagrada Comunhão durante a Missa de envio da JMJ 2013. Bem, temos imagens em alta resolução que provam o fato. Clique para ampliar:





Fonte: <http://fratresinunum.com/>

QUE TERRÍVEL PROFANAÇÃO: O SANTÍSSIMO SENHOR COLOCADO EM COPOS PLÁSTICOS? PODE EXISTIR DESCASO MAIOR?

A ruína dos Franciscanos da Imaculada.

Uma das ordens religiosas mais florescentes do mundo. Proibidos de celebrar a Missa Tradicional – uma manobra de Aviz e Carballo. Com o aval do Papa.

A primeira vez que Francisco contradiz Bento

Isso aconteceu quanto ao ponto nevrálgico da Missa no rito antigo. Ratzinger permitiu a celebração para todos. Bergoglio a proibiu a uma ordem religiosa que a preferia.



Roma, 29 de julho de 2013 – Um ponto sobre o qual Jorge Mario Bergoglio estava à espreita, após a sua elevação ao papado, era o da Missa no rito antigo.

Alguns previam que o Papa Francisco não se desviaria da rota de seu predecessor, que havia liberado a celebração da Missa no rito antigo como forma “extraordinária” do rito moderno [sic], com o Motu Proprio “Summorum Pontificum”, de 7 de julho de 2007:

> Bento libera o rito antigo da missa. E explica por quê. Acesse: <http://chiesa.espresso.repubblica.it/articolo/154381?sp=y>

E com a posterior Instrução “Universæ ecclesiæ” de 13 de maio de 2011:

> Duas missas para uma única Igreja. Acesse: <http://chiesa.espresso.repubblica.it/articolo/1347899?sp=y>

Outros previam por parte de Francisco uma restrição — ou diretamente uma revogação — da possibilidade de celebrar a Missa com o rito anterior ao Concílio Vaticano II, inclusive ao custo de contradizer as resoluções do ainda vivo Bento XVI.

Ao ler um decreto emitido pela Congregação vaticana para os Religiosos, pouco antes da viagem de Francisco ao Brasil, com a aprovação explícita do mesmo Papa, deveríamos dar mais razão aos segundos que aos primeiros.

O decreto é datado de 11 de julho de 2013, número de protocolo 52741/2012, assinado pelo prefeito da Congregação, o Cardeal João Braz de Aviz, focolar, e pelo secretário da mesma, o arcebispo José Rodríguez Carballo, franciscano.

Braz de Aviz é o único alto dirigente da cúria de nacionalidade brasileira, motivo pelo qual acompanhou Francisco em sua viagem ao Rio de Janeiro. Tem fama de progressista, embora mais lhe corresponda a de confuso. E será um dos primeiros a desaparecer, tão logo tome corpo a reforma da cúria anunciada por Francisco.

Pelo contrário, Rodríguez Carballo goza da plena confiança do Papa. Sua promoção a número dois da Congregação foi desejada pelo mesmo Francisco, no início de seu pontificado.

É difícil, então, pensar que o Papa Bergoglio não se tenha dado conta do que aprovava quando lhe fora apresentado o decreto antes de sua publicação.

O decreto institui um comissário apostólico — na pessoa do frei capuchinho Fidenzio Volpi — à cabeça de todas as comunidades da Congregação dos Irmãos Franciscanos da Imaculada.

E este é o motivo do assombro, porque os Franciscanos da Imaculada são uma das mais florescentes comunidades religiosas nascidas nas últimas décadas no interior da

Igreja Católica, com ramos masculino e feminino, com numerosas e jovens vocações, difundidas em vários continentes e com uma missão também na Argentina.

Eles se reivindicam como fiéis à Tradição, em pleno respeito ao magistério da Igreja. Tão certo que em suas comunidades celebram missas tanto no rito antigo como no moderno, **como fazem, por outra parte, em todo o mundo centenas de outras comunidades religiosas — para dar um só exemplo: os beneditinos de Nursia — aplicando o espírito e a letra do Motu Proprio “Summorum Pontificum”, de Bento XVI.**

Mas precisamente isso foi criticado por um núcleo de dissidentes internos, que apelaram às autoridades vaticanas lamentando a excessiva inclinação de sua Congregação a celebrar a missa no rito antigo, com o efeito de criar exclusões e contraposições dentro da comunidade, minar a unidade interna e, por ainda, debilitar o mais amplo “sentire cum Ecclesia”.

As autoridades vaticanas responderam enviando há um ano um visitador apostólico. E agora se realiza a nomeação do comissário.

Mas o que mais surpreendente são os últimos cinco itens do decreto de 11 de julho:

“Ademais do exposto, o Santo Padre Francisco dispôs que cada um dos religiosos da Congregação dos Frades Franciscanos da Imaculada está obrigado a celebrar a liturgia segundo o rito ordinário e que, eventualmente, o uso da forma extraordinária (Vetus Ordo) deverá ser explicitamente autorizada [sic] pelas autoridades competentes, para cada religioso e/ou comunidade que solicite”.

O assombro deriva do fato de que o que se decreta contradiz as disposições providas por Bento XVI, que para a celebração da Missa no rito antigo “sine populo” não exige nenhum pedido prévio de autorização:

“Ad talem celebrationem secundum unum alterumve Missale, sacerdos nulla eget licentia, nec Sedis Apostolicae nec Ordinarii sui” (1).

Enquanto que, para as missas “cum populo”, estipulam algumas condições, mas sempre assegurando a liberdade de celebrar.

Em geral, contra um decreto de uma Congregação vaticana é possível apresentar um recurso ao tribunal supremo de Assinatura Apostólica, atualmente presidida por um cardeal, o americano Raymond Leo Burke, considerado amigo dos tradicionalistas.

Mas se o decreto é objeto de aprovação em forma específica por parte do Papa, como parece ser o caso, o recurso não é admitido.

Os Franciscanos da Imaculada deverão ater-se à proibição de celebrar a Missa no rito antigo a partir de domingo, 11 de agosto.

E o que acontecerá agora, não só para eles, mas para toda a Igreja?

Bento XVI estava convencido de que “as duas formas do uso do rito romano podem enriquecer-se mutuamente”. Assim havia explicitado na angustiada carta aos bispos de todo o mundo, com a qual havia acompanhado o motu proprio “Summorum Pontificum”:

> “Com grande confiança e esperança...”

Mas daqui em diante, não é mais assim. Ao menos não para todos. Aos Franciscanos da Imaculada, obrigados a celebrar a missa somente na forma moderna, não lhes restará mais que um só modo de entesourar o que também defendia Bento XVI: “manifestar”, também nessa forma, “com mais força com que se costuma até agora, essa sacralidade que atrai a muitos ao uso antigo”.

É fato que se rachou um ponto de referência do pontificado de Joseph Ratzinger. De uma exceção que muitos temem — ou defendem — se converterá rapidamente em regra.

* * *

(1) Curiosamente, mesmo depois de seis anos de sua publicação, o motu proprio “Summorum Pontificum” de Bento XVI continua presente na página web da Santa Sé, mas somente em dois idiomas, e entre os menos conhecidos: o latim e o húngaro.

O “caso” dos Franciscanos da Imaculada.

Por Roberto de Mattei | Fonte e Tradução: Fratres in Unum.com

O “caso” dos Franciscanos da Imaculada apresenta-se como um episódio de extrema gravidade, destinado a ter conseqüências no seio da Igreja, talvez não previstas por aqueles que o transformaram imprudentemente em ato.

A Congregação para os Institutos de Vida Consagrada (conhecida como Congregação para os Religiosos) com seu decreto de 11 de julho de 2013, assinado pelo cardeal prefeito João Braz de Aviz e o arcebispo secretário José Rodríguez Carballo, OFM, desautorou os superiores dos Franciscanos da Imaculada, confiando o governo do Instituto a um “comissário apostólico”, o padre Fidenzio Volpi, capuchinho.

Para “blindar” o decreto, o cardeal João Braz de Aviz se munuiu de uma aprovação “*ex auditur*” do Papa Francisco, que tira dos frades qualquer possibilidade de recurso à **Signatura Apostólica**. As razões dessa condenação, que tem sua origem em uma reclamação feita à Congregação para os Religiosos por um grupo de frades dissidentes, permanecem misteriosas. Desde o decreto da Congregação e da carta enviada aos franciscanos em 22 de julho pelo novo Comissário, as únicas acusações parecem ser as de um escasso “pensar com a Igreja” e de um apego excessivo ao Rito Romano antigo.

Na realidade, estamos diante de uma injustiça manifesta contra os Franciscanos da Imaculada. Este instituto religioso fundado pelos padres Stefano Maria Manelli e Gabriele Maria Pellettieri é um dos mais florescentes de que se ufana a Igreja, pelo número de vocações, a autenticidade da vida espiritual, a fidelidade à ortodoxia e às autoridades romanas. Na situação de anarquia litúrgica, teológica e moral em que nos encontramos hoje, os Franciscanos da Imaculada deveriam ser tomados como modelo de vida religiosa. O Papa se refere muitas vezes à necessidade de uma vida religiosa mais simples e sóbria.

Os Franciscanos da Imaculada se destacam por sua austeridade e pobreza evangélica, com as quais vivem, desde a sua fundação, seu carisma franciscano. Acontece, porém, que em nome do Papa, a Congregação para os Religiosos retira o governo do Instituto para transmiti-lo a uma minoria de frades rebeldes de orientação progressista, nos quais o novo Comissário se apoiará para “normalizar” o Instituto, ou para conduzi-lo ao desastre do qual até agora tinha escapado graças à sua fidelidade às leis eclesiásticas e ao Magistério.

Mas hoje o mal é recompensado e o bem castigado. Não surpreende que a empregar o punho de ferro no confronto com os Franciscanos da Imaculada esteja o mesmo Cardeal que auspicia compreensão e diálogo com as irmãs heréticas e cismáticas americanas. Aquelas religiosas pregam e praticam a teoria do gênero, e, portanto, deve-se dialogar com elas. Os Franciscanos da Imaculada pregam e praticam a castidade e a penitência e por isso não há possibilidade de entendimento com eles. Esta é a triste conclusão a que inevitavelmente chega um observador desapassionado.

Uma das acusações é de serem muito apegados à Missa tradicional, mas a acusação é um pretexto, porque os Franciscanos da Imaculada são, como se costuma dizer, “biritualistas”, ou seja, celebram a nova Missa e a antiga, conforme lhes é concedido pelas leis eclesiásticas em vigor. Colocados diante de uma ordem injusta, é de se supor que alguns dentre eles não desistirão de celebrar a Missa tradicional; e farão bem em resistir neste ponto, porque não será um gesto de rebeldia, mas de obediência. Os indultos e privilégios em favor da missa tradicional não foram revogados e possuem uma força legal superior ao decreto de uma congregação, e até mesmo das intenções do Papa, se não expressas num ato legal claro.

O cardeal Braz de Aviz parece ignorar a existência do *motu proprio Summorum Pontificum*, de 7 de julho de 2007, de seu decreto de aplicação, a Instrução *Universae Ecclesiae* de 30 de Abril de 2011, e da Comissão *Ecclesia Dei*, ligada à Congregação para a Doutrina da Fé, das quais a Congregação para os Religiosos invade hoje o campo.

Qual é a intenção da suprema autoridade da Igreja? Suprimir a *Ecclesia Dei* e revogar o *motu proprio* de Bento XVI? Se for, que o diga explicitamente, para que possamos tirar as conseqüências. E se não for, por que fazer um decreto desnecessariamente

provocativo contra o mundo católico ligado à Tradição da Igreja? Este mundo está numa fase de grande expansão, especialmente entre os jovens, e esta talvez seja a principal razão da hostilidade de que ele é hoje objeto.

Por fim, o decreto constitui um abuso de poder não apenas em relação aos Franciscanos da Imaculada e àqueles impropriamente definidos de tradicionalistas, mas a todos os católicos. Na verdade, é um sintoma alarmante da perda da segurança jurídica que está ocorrendo hoje no seio da Igreja. De fato, a Igreja é uma sociedade visível na qual há o “*poder do direito e da lei*” (Pio XII, Discurso *Dans notre souhait*, de 15 de Julho 1950). A lei é o que define o certo e o errado, e, como explicam os canonistas, “*o poder da Igreja deve ser justo, para o que é necessário que parta da própria Igreja, que determina as finalidades e os limites da atividade da Hierarquia. Nem todo ato dos Pastores sagrados, pelo fato de provirem deles, é justo*” (Carlos J. Errazuriz, *Direito e justiça na Igreja*, Giuffrè, Milão 2008, p. 157).

Quando diminui a segurança jurídica, prevalece o arbítrio e a vontade do mais forte. Muitas vezes isso acontece na sociedade, e pode ocorrer na Igreja quando nesta a dimensão humana prevalece sobre a sobrenatural. Mas se não há segurança jurídica, não há nenhuma regra de comportamento segura. Tudo é deixado ao arbítrio do indivíduo ou de grupos de poder, e à força com a qual esses lobbies são capazes de impor a sua vontade. A força, separada da lei, torna-se prepotência e arrogância.

A Igreja, Corpo Místico de Cristo, é uma instituição legal baseada numa lei divina, da qual os homens da Igreja são os depositários, e não os criadores ou proprietários. A Igreja não é um “*soviet*”, mas uma construção fundada por Jesus Cristo, na qual o poder do Papa e dos bispos deve ser exercido de acordo com as leis e as formas tradicionais, todas enraizadas na Revelação divina. Hoje se fala de uma Igreja mais democrática e igualitária, mas o poder vem sendo exercido muitas vezes de modo personalista, em desprezo a leis e costumes milenares. Quando existem as leis universais da Igreja, como a bula de São Pio V *Quo primum* (1570) e o *motu proprio* de Bento XVI *Summorum Pontificum*, para mudá-los é necessário um ato legal equivalente. Uma lei anterior não pode ser revogada senão com um ato explicitamente abrogatório de igual porte.

Para defender a justiça e a verdade no interior da Igreja, confiamos na voz dos juristas, entre os quais estão alguns eminentes cardeais que ordenaram de acordo com o rito “*extraordinário*” os Frades Franciscanos da Imaculada, cuja vida exemplar e zelo apostólico eles conhecem. Apelamos especialmente ao Papa Francisco, para que queira retirar as medidas contra os Franciscanos da Imaculada e contra seu uso legítimo do Rito Romano antigo.

Qualquer decisão que seja tomada, não pode esconder o fato de que a hora em que vive hoje a Igreja é dramática. Novas tempestades se adensam no horizonte e essas tempestades certamente não são suscitadas nem pelos Frades, nem pelas Irmãs

Franciscanas da Imaculada. O amor à Igreja Católica Apostólica Romana sempre nos moveu e nos move a tomar sua defesa. Nossa Senhora, *Virgo Fidelis*, sugerirá à consciência de todos nesta difícil conjuntura, o caminho certo a seguir.

-----X-----

Conheça através deste vídeo (endereço abaixo) quem são os fiéis freis Franciscanos da Imaculada. “Apenas” as primeiras vítimas de Francisco e sua turma, no processo já deflagrado de perseguição a Tradição e a Sacralidade. (temos absoluta certeza do cumprimento de tudo o que afirmamos. Prazo máximo: dois anos!)

Acesse agora: <http://www.youtube.com/watch?v=4frzb-mre2Y>

Que revolução quer Francisco?

Por Hermes Rodrigues Nery | Fratres in Unum.com

Na manhã do domingo, 28 de julho, o casal Haroldo Lucena e Mariselma da Silva participou do ofertório na Missa de envio, na praia de Copacabana, vestindo camisetas com a frase estampada: “Pare o aborto!”. Eles foram, naquele instante, os porta-vozes de todos nós que nos empenhamos tanto durante toda a semana da Jornada Mundial da Juventude, no Rio de Janeiro, para que chegasse ao Papa, por diversos meios, o apelo para que se posicionasse firmemente contra o aborto, como fez Bento XVI, em sua visita de 2007, ou João Paulo II, em suas viagens apostólicas à Terra de Santa Cruz.

Mas, dessa vez, o que vimos foi uma quase unanimidade em evitar a todo custo a pauta do aborto na JMJ. No sábado de manhã, no Teatro Municipal, esbarrei nos corredores com o babalaô Ivani dos Santos, que dizia exultante: “Enfim, conseguimos!”, após encontrar-se com o papa e receber afagos.

Na tarde do domingo, Elba Ramalho nos levou para o encontro do Papa com os voluntários da JMJ. A poucos metros do Papa, no palco montado no Riocentro, após a filha de Elba Ramalho, de seis anos, correr para perto dele, enquanto deixava o papamóvel, e ser abençoada por Francisco, ficamos ali, o grupo pro-vida próximo à imagem de Nossa Senhora, muitos ajoelhados, bem ao lado do chefe de segurança do Papa. Foi dali que ouvimos Francisco dizer enfático aos jovens:

“Sejam revolucionários!”

E em seguida os quase dez mil jovens presentes gritaram em uníssono:

“Somos a juventude do papa!”

Acompanhei Monique Cristina, com a camiseta amarela de voluntária da JMJ, entregar a bandeira do Brasil ao Papa, em meio ao mar de gente em volta do papamóvel, na saída, para a aflição dos seguranças. Enquanto isso, todo o Riocentro

ouvia: “Somos a juventude do papa!” Na entrevista com Gerson Camaroti, Bergoglio voltou a dizer: “jovem que não protesta, não me agrada!” E não apenas fez a apologia de uma revolução, como associou-a com a felicidade, pois após pedir aos jovens para serem revolucionários, completou: “Sejam felizes!”

* * *

O que tudo isto quer dizer? Ficou a indagação.

Que revolução quer Francisco?

O discurso mais contundente do Papa talvez tenha sido o que fez aos bispos do CELAM, ainda no domingo à tarde, antes de ir para o encontro com os voluntários. Jamil Chade, no jornal O Estado de São Paulo afirma que “Bergoglio tornou-se Francisco em Roma, mas virou Papa no Rio”. E acrescenta: “o governo de Bento XVI acabou e são as idéias de Francisco que vão marcar o ritmo agora da Santa Sé”. Com a garantia da espetacular popularidade, Francisco se sentiu à vontade em suprimir a menção que faria a Bento XVI, prevista no texto oficial distribuído à imprensa, em sua fala no Teatro Municipal. Estive presente e testemunhei, no entanto, também o jornal O Globo notou a omissão. Tratou-se apenas de um lapso?

E por que lembrou aos jornalistas em sua entrevista no avião de que Bento XVI, em 8 de fevereiro, dissera aos cardeais de que o novo Papa estava presente entre eles e prometia obediência? O fato é que enquanto Bento XVI, bem como João Paulo II, se manifestavam publicamente com inteireza cristalina sobre a posição da Igreja, de modo especial em relação aos “valores inegociáveis”, Francisco opta pela estratégia “do encontro”, que seria melhor qualificada como “da ambigüidade”, em algumas vezes não de modo simples, como se parece numa primeira impressão, mas sibilino. Foi o que fez, silenciando completamente sobre a questão do aborto na Jornada Mundial da Juventude, e não se expressando tão precisamente como esperado na resposta que deu sobre os gays. De fato, Jesus não condenou a mulher adúltera, porque naquele caso ela estava arrependida, e o Mestre exortou-a a não mais pecar. Tem-se a impressão de que Bergoglio teme os inimigos que deve enfrentar, ou crê que não deve haver enfrentamento algum, por isso recorre à retórica do “diálogo, diálogo, diálogo”, como ressaltou no Teatro Municipal.

Vale enfatizar ainda que nós, empenhados na causa pró-vida, esperávamos apenas a expressão clara da moral da Igreja, cujos predecessores de Francisco souberam fazer com exemplos memoráveis. Entendemos que esta ênfase, no contexto do PLC 3/2013, se fazia necessária, pois ainda há muita desinformação sobre esta questão, tendo em vista a ardilosidade do projeto de lei, em que somente o veto total poderia evitar a brecha para a legalização do aborto no País.

A novidade de seu discurso aos bispos latino-americanos não foi destacar “a ideologização da mensagem evangélica”, principalmente “à categorização marxista”,

já muitas vezes condenada pelo Magistério da Igreja, **mas considerar relevante a “proposta das comunidades eclesiais de base”**, “na linha de superação do clericalismo e de um crescimento da responsabilidade laical”. O que assusta Francisco, de fato, é o que ele chama de “restauracionismo”. E isso parece querer atingir os mais conservadores. Foi o que afirmou aos cardeais e bispos do CELAM: “Perante os males da Igreja, busca-se uma solução apenas na disciplina, na restauração de condutas e formas superadas que, mesmo culturalmente, não possuem capacidade significativa. Na América Latina, costuma verificar-se em pequenos grupos, em algumas Novas Congregações Religiosas, em tendências para a ‘segurança’ doutrinal ou disciplinar. Fundamentalmente é estática, embora possa prometer uma dinâmica para dentro: regride. Procura ‘recuperar’ o passado perdido.” Destaca em certos casos a tentação do pelagianismo. Nisso é preciso realmente estarmos atentos e não se deixar sucumbir nos atalhos da heresia. **Mas os fiéis católicos – especialmente jovens – anseiam pela solidez doutrinal, porque a sã doutrina é a riqueza que buscam na Igreja portadora da verdade salvífica.** Quando Francisco refuta “tendências para a ‘segurança’ doutrinal” **estará também tirando o dique que Bento XVI desejou por no relativismo doutrinal vigente e cada vez mais crescente no seio da Igreja?** É certo que a Igreja oferece a salvação, e em meio aos tantos ataques (de forças anti-cristãs que atuam de modo sofisticado e sistematizado), o Magistério da Igreja entendeu ser necessário justamente isso: apresentar com segurança a solidez doutrinal, para evitar as conseqüências já conhecidas do relativismo. De fato, a evasão dos fiéis (alguns falam em hemorragia) **vinha ocorrendo por conta do afrouxamento moral e doutrinal.** Por isso, a questão do aborto, por exemplo, (ponta de iceberg explicitada com ênfase na *Evangelium Vitae*) **vinha agregando fiéis católicos com solidez doutrinal e, por isso, com força para fazer frente a “conjura contra a vida” denunciada corajosamente pelo beato João Paulo II na referida encíclica.** **Mas Bento XVI ficou cada vez mais isolado no combate ao relativismo, até onde está hoje, abandonado.** Pois foi o que me dissera um dos peregrinos da JMJ: **“O que mais entristeceu Bento XVI foram três coisas: 1. A desobediência dos bispos; 2. A questão da pedofilia; e 3. A hipocrisia religiosa.”**

É certo que não se deve nunca engessar o Espírito Santo, pois a história da Igreja sempre foi dinâmica. Francisco sabe que a crise da Igreja é grave, gravíssima. E como timoneiro da barca de São Pedro, reconhece que o “discipulado missionário” “acontece em um ‘hoje’, mas “em tensão”. Reconhece ainda as pressões de todos os lados, e sobre algumas até já foi categórico em dizer o que não fará, como a questão da ordenação de mulheres, lembrando a posição definitiva tomada na *Ordinatio Sacerdotalis*, etc. E sabe também que o campo da fé de hoje está muitas vezes tomado por espinhos e pedras, como bem acentuou em sua homilia na Missa de envio, ressaltando que deve haver um cantinho bom por onde a semente haverá de encontrar

a boa terra e germinar para o bom fruto. Acreditamos, neste Ano da Fé, que neste cantinho bom o Espírito Santo haverá de atuar para evitar novos enganos.

Mas o afã de reforma parece querer mais e deseja acentuar ainda mais um processo já iniciado, mas até então contido, de protestantização da Igreja Católica. Na contramão disso, quis Bento XVI reforçar a identidade católica da Igreja, daí seu zelo litúrgico, o apreço pelo rito romano, até mesmo pelo latim — pois enganam-se os que consideram tais aspectos como parte de “estruturas caducas”, já que o Evangelho não teria chegado até o século XXI e a todas as nações sem tais contributos, de fecunda “capacidade significativa”.

Talvez Francisco queira mesmo ser o primeiro papa “moderno” da Igreja, incorporando em si mesmo mais do que a novidade sempre perene da Igreja, que transcende tudo o que é vão e provisório e se mantém como uma realidade sempre viva? Mas — como leitor de Borges e Hölderlin que é — o Papa Bergoglio parece ele mesmo querer dar o salto para o modo caleidoscópico de ser moderno, pois já não encontra mais sentido e unidade no que parece estar arcaico. Há nisso uma voragem pelo risco: daí deixar-se ficar vulnerável em meio ao trânsito de uma via pública, num carro popular, de vidro aberto, numa cidade marcada pela violência urbana. E tudo no contexto da sociedade midiática e da cultura do espetáculo.

Francisco reconhece, ainda em seu pronunciamento aos cardeais e bispos do CELAM, que tanta gente “ficou pela metade do caminho, que se confundiu, que se desiludiu” após o Vaticano II, e que a Igreja precisa “curar tantas feridas”. E indica o caminho da missionariedade proposto por ele mesmo no Documento de Aparecida (2007), e que agora, como Papa, quer fazer acontecer, nesse “tempo de mudança”. Por isso recorre ao jovem, pede para que não tenha medo de ser revolucionário, advoga a “revolução da ternura”, para que “haja sol e luz nos corações”. Mas que revolução quer Francisco? Como a fará? Ainda não sabemos.

PS: Acabo de receber a notícia de que a Presidente Dilma Roussef deve sancionar, sem nenhum veto, o PLC3-2013, abrindo ainda mais as portas do Brasil ao aborto. Faria isso com a mesma tranqüilidade se há uma semana o Papa, em nosso país, tivesse se pronunciado firmemente em favor dos pobres e indefesos nascituros? A palavra do sucessor de Pedro, aliada a uma atuação vigorosa da Conferência Episcopal poderia ter influenciado e quem sabe evitado esta decisão. É possível que o Santo Padre não tenha sido devidamente informado da situação brasileira, nesse aspecto, como reconheceu na entrevista a Gerson Camaroti, em que disse que não estava muito por dentro das questões nacionais. Conversei ainda no Teatro Municipal com um deputado católico, solicitamos de muitas formas que chegasse ao Papa a devida informação do que ocorria, mas a única visibilidade do tema foi o casal no ofertório da missa de envio. Com a sanção, a Presidente Dilma Roussef expressa seu desprezo à Igreja, desprezo também à população brasileira (a expressa maioria é contra o aborto), e desprezo ao

Congresso (que aprovou o referido Projeto de Lei sem que os parlamentares soubessem exatamente do que se tratava, do “cavalo de Tróia” que ele representava, sem que houvesse discussão da matéria, nem mesmo emendas, etc). **O fato é que não poderia ter havido o silêncio sobre esta questão na JMJ.** Com isso se confirma o que há muito sentimos: pesa cada vez mais a cruz na defesa da vida.

Fonte: <http://fratresinunum.com/>

Nota do compilador deste texto: As indicações já são muito nítidas de que a igreja de Francisco terá como alicerce a filosofia do revolucionário Barrabás (*apenas almejando a justiça social, humanista, que coloca Deus e o Evangelho como detalhes secundários, distantes...*), aquele que foi preferido pelo povo (*por isto que o antigo ditado – “a voz do povo é a voz de Deus” - não é verdadeiro, pois o povo – as massas – é facilmente manipulável pela hipocrisia dos maus e falsos líderes: Hitler também foi aclamado por 99% dos alemães... Cuidado, pois, com a unanimidade das massas... Leia 1 Jo. 4, 5*) em detrimento do Salvador da humanidade, Nosso Senhor JESUS CRISTO!

Cardeal Joseph Ratzinger: “Devemos mencionar os perigos que, nas últimas décadas, infelizmente, não permaneceram apenas como fantasias de tradicionalistas inimigos da reforma”.

“Parece-me muito importante que o Catecismo, ao mencionar os limites do poder da suprema autoridade da Igreja acerca da reforma, chame a atenção sobre qual é a essência do primado, assim como é enfatizado pelos Concílios Vaticano I e II: o papa não é um monarca absoluto, cuja vontade é lei, mas sim o guardião da autêntica Tradição e, por isso, o primeiro fiador da obediência. Ele não pode fazer o que quiser, e justamente por isso pode se opor àqueles que pretendem fazer o que querem”.

A liturgia entre reformistas radicais e intransigentes

IHU – Foi publicado na Itália o livro de Alcuin Reid *Lo sviluppo organico della liturgia. I principi della riforma liturgica e il loro rapporto con il Movimento liturgico del XX secolo prima del Concilio Vaticano II* [O desenvolvimento orgânico da liturgia. Os princípios da reforma litúrgica e a sua relação com o Movimento Litúrgico do século XX antes do Concílio Vaticano II] (Cantagalli, 432 páginas). O livro tem um prefácio do então cardeal Joseph Ratzinger, futuro Bento XVI, que aqui publicamos.

O artigo foi publicado no sítio Vatican Insider, 26-06-2013. A tradução é de Moisés Sbardelotto.

Eis o texto.

ALCUIN REID

Lo sviluppo organico della liturgia

*I principi della riforma liturgica e il loro
rapporto con il Movimento liturgico
del XX secolo prima del Concilio Vaticano II*

Prefazione di
Joseph Ratzinger



Nas últimas décadas, a questão da correta celebração da liturgia tornou-se cada vez mais um dos pontos centrais da controvérsia em torno do Concílio Vaticano II, ou seja, de como ele deve ser avaliado e acolhido na vida da Igreja.

Há os estrênuos defensores da reforma, para os quais é uma culpa intolerável que, sob certas condições, tenha sido readmitida a celebração da Santa Eucaristia segundo a última edição do Missal antes do Concílio, a de 1962. Ao mesmo tempo, porém, a liturgia é considerada como “*semper reformanda*”, de modo que, no fim, é a “comunidade” individual que faz a sua “própria” liturgia, na qual ela mesma se expressa. Um *Liturgisches Kompendium* [compêndio litúrgico] protestante (editado por Christian Grethlein e Günter Ruddat, Göttingen, 2003) apresentou recentemente o culto como “projeto de reforma” (pp. 13-41), refletindo também o modo de pensar de muitos liturgistas católicos. Por outro lado, há também os críticos ferozes da reforma litúrgica, que não só criticam a sua aplicação prática, mas também as suas bases conciliares. Estes vêem a salvação somente na rejeição total da reforma.

Entre esses dois grupos, os reformistas radicais e os seus adversários intransigentes, muitas vezes se perde a voz daqueles que consideram a liturgia como algo vivo, algo que cresce e se renova no seu ser recebida e no seu atuar-se. Estes últimos, no entanto, com base na mesma lógica, também insistem no fato de que o crescimento só é possível se for preservada a identidade da liturgia e ressaltam que um desenvolvimento adequado só é possível prestando atenção às leis que, do interior, sustentam esse “organismo”. Como um jardineiro acompanha uma planta durante o

seu crescimento com a devida atenção às suas energias vitais e às suas leis, assim também a Igreja deve acompanhar respeitosamente o caminho da liturgia através dos tempos, distinguindo o que ajuda e cura, daquilo que violenta e destrói.

Se é assim, então devemos tentar definir qual é a estrutura interna de um rito, bem como as suas leis vitais, de modo a encontrar os caminhos certos para preservar a sua energia vital na mudança dos tempos para incrementá-la e renová-la. O livro do padre Alcuin Reid se coloca nesta linha. Percorrendo a história do Rito Romano (missa e breviário), desde as origens até as vésperas do Concílio Vaticano II, ele tenta estabelecer quais são os princípios do seu desenvolvimento litúrgico, obtendo, assim, da história, com os seus altos e baixos, os critérios sobre os quais toda reforma deve se basear.

O livro está dividido em três partes. A primeira, muito breve, analisa a história da reforma do Rito Romano desde as suas origens no fim do século XIX. A segunda parte é dedicada ao movimento litúrgico até 1948. A terceira – de longe a mais extensa – trata da reforma litúrgica sob Pio XII até as vésperas do Concílio Vaticano II. Esta parte se revela muito útil, justamente porque tal fase da reforma litúrgica não é mais muito lembrada, apesar de que justamente nela – assim como na história do movimento litúrgico, evidentemente – se encontram todas as questões acerca das modalidades corretas para uma reforma, fazendo com que seja possível adquirir também critérios de julgamento.

A decisão do autor de se deter no limiar do Concílio Vaticano II é muito sábia. Ele evita, assim, entrar na controvérsia ligada à interpretação e à recepção do Concílio, ilustrando o momento histórico e a estrutura das várias tendências, o que é determinante para a questão acerca dos critérios da reforma.

No fim do seu livro, o autor elenca os princípios para uma correta reforma: ela deve ser igualmente aberta ao desenvolvimento e à continuidade com a Tradição; deve saber-se ligada a uma tradição litúrgica objetiva e fazer com que a continuidade substancial seja salvaguardada.

O autor, depois, de acordo com o Catecismo da Igreja Católica, sublinha que “mesmo a suprema autoridade da Igreja não deve modificar a liturgia arbitrariamente, mas somente em obediência à fé e com respeito religioso pelo mistério da liturgia” (CC, n. 1.125). Como critérios adicionais encontramos, enfim, a legitimidade das tradições litúrgicas locais e o interesse pela eficácia pastoral.

Eu gostaria de ressaltar ainda, do meu ponto de vista pessoal, alguns dos critérios já brevemente indicados da renovação litúrgica. Vou começar com os dois últimos critérios fundamentais. Parece-me muito importante que o Catecismo, ao mencionar os limites do poder da suprema autoridade da Igreja acerca da reforma, chame a atenção sobre qual é a essência do primado, assim como é enfatizado pelos Concílios

Vaticano I e II: o papa não é um monarca absoluto cuja vontade é lei, mas sim o guardião da autêntica Tradição e, por isso, o primeiro fiador da obediência. Ele não pode fazer o que quiser, e justamente por isso pode se opor àqueles que pretendem fazer o que querem.

A lei à qual deve se ater não é o agir *ad libitum*, mas sim a obediência da fé. Razão pela qual, com relação à liturgia, ele tem a tarefa de um jardineiro e não de um técnico que constrói máquinas novas e joga fora as velhas. O “rito”, ou seja, a forma de celebração e de oração que amadurece na fé e na vida da Igreja, é forma condensada da Tradição viva, na qual a esfera do rito expressa o conjunto da sua fé e da sua oração, tornando assim experimentável, ao mesmo tempo, a comunhão entre as gerações, a comunhão com aqueles que rezam antes de nós e depois de nós. Assim, o rito é como um dom feito à Igreja, uma forma viva de *parádoxis*.

É importante, a esse respeito, interpretar corretamente a “continuidade substancial”. O autor nos adverte expressamente com relação ao caminho equivocado no qual podemos ser conduzidos por uma teologia sacramental neo-escolástica separado da forma viva da liturgia. Partindo dela, se poderia reduzir a “substância” à matéria e à forma do sacramento e dizer: o pão e o vinho são a matéria do sacramento, as palavras da instituição são a sua forma; somente essas duas coisas são necessárias, todo o resto pode até mudar. Sobre esse ponto, modernistas e tradicionalistas se encontram de acordo. Basta que haja a matéria e que sejam pronunciadas as palavras da instituição: todo o resto é “à vontade”. Infelizmente muitos sacerdotes hoje agem com base nesse esquema, e até as teorias de muitos liturgistas, infelizmente, se movem nessa direção.

Eles querem superar o rito como algo rígido e constroem produtos da sua imaginação, considerada pastoral, em torno desse núcleo residual, que é, assim, relegado ao reino da magia, ou privado totalmente do seu significado. O movimento litúrgico tinha tentado superar esse reducionismo, produto de uma teologia sacramental abstrata, e nos ensinar a considerar a liturgia como o conjunto vivo da Tradição que se fez forma, que não pode ser rasgado em pequenos pedaços, mas que deve ser visto e vivido na sua totalidade viva.

Quem, como eu, na fase do movimento litúrgico às vésperas do Concílio Vaticano II, ficou impressionado com essa concepção só pode constatar com profunda dor a destruição daquilo que estava em seu coração.

Eu gostaria de comentar brevemente outras duas intuições que aparecem no livro do padre Alcuin Reid. O arqueologismo e o pragmatismo pastoral – este último, no entanto, é muitas vezes um racionalismo pastoral – são ambos incorretos. Poderiam ser descritos como um par de gêmeos profanos. Os liturgistas da primeira geração eram, em sua maioria, historiadores e, conseqüentemente, propensos ao arqueologismo.

Eles queriam desenterrar as formas mais antigas na sua pureza original; viam os livros litúrgicos em uso, com os seus ritos, como expressão de proliferações históricas, fruto de mal-entendidos e ignorância passados. Tentava-se reconstruir a mais antiga Liturgia romana e limpá-la de todos os acréscimos posteriores. Não era algo totalmente equivocado; mas a reforma litúrgica é, contudo, algo diferente de uma escavação arqueológica, e nem todos os desenvolvimentos de algo vivo devem seguir a lógica de um critério racionalista/historicista.

Essa é também a razão pela qual – como o autor observa com razão – na reforma litúrgica a última palavra não deve ser deixada aos especialistas. Especialistas e pastores têm, cada um, o seu próprio papel (assim como, na política, os técnicos e aqueles que são chamados a decidir representam dois níveis diferentes). Os conhecimentos dos estudiosos são importantes, mas não podem ser imediatamente transformados em decisões dos pastores, que têm a responsabilidade de ouvir os fiéis na implementação com inteligência junto com eles do que hoje ajuda a celebrar os Sacramentos com fé ou não.

Uma das debilidades da primeira fase da reforma depois do Concílio foi que quase somente os especialistas tinham voz no capítulo. Teria sido desejável uma maior autonomia por parte dos pastores. Porque, muitas vezes, obviamente, é impossível elevar o conhecimento histórico ao posto de nova norma litúrgica, esta “arqueologismo” se vinculou muito facilmente ao pragmatismo pastoral. Decidiu-se, em primeiro lugar, eliminar tudo o que não era reconhecido como original e, conseqüentemente, como “substancial”, para depois integrar a “escavação arqueológica” – quando ainda parecesse insuficiente – com o “ponto de vista pastoral”.

Mas o que é “pastoral”? Os julgamentos intelectualistas dos professores sobre essas questões eram muitas vezes determinados pelas suas considerações racionais e não levavam em conta o que realmente sustenta a vida dos fiéis. De modo que, hoje, após a vasta racionalização da liturgia na primeira fase da reforma, estamos novamente em busca de formas de solenidade, de atmosferas “místicas” e de uma certa sacralidade.

Mas uma vez que existem – necessariamente e cada vez mais evidentes – julgamentos largamente divergentes sobre o que é pastoralmente eficaz, o aspecto “pastoral” tornou-se uma fenda para a irrupção da “criatividade”, que dissolve a unidade da liturgia e nos coloca muitas vezes diante de uma deplorável banalidade. Com isso, não queremos dizer que a liturgia eucarística, assim como a liturgia da Palavra, não sejam muitas vezes celebradas a partir da fé, de modo respeitoso e “bonito”, no melhor sentido da palavra.

Mas, como estamos buscando os critérios da reforma, também devemos mencionar os perigos que, nas últimas décadas, infelizmente, não permaneceram apenas como fantasias de tradicionalistas inimigos da reforma. Gostaria de me deter ainda sobre o

fato de que, naquele compêndio litúrgico acima mencionado, o culto foi apresentado como “projeto de reforma”, isto é, como um canteiro de obras onde sempre há muito a fazer. Semelhante, embora um pouco diferente, é a sugestão, por parte de alguns liturgistas católicos, de adaptar a reforma litúrgica à mudança antropológica da modernidade e de construí-la de modo antropocêntrico.

Se a liturgia aparece, sobretudo como o canteiro de obras do nosso agir, então isso significa que esquecemos do essencial: Deus. Porque, na liturgia, não se trata de nós, mas sim de Deus. O esquecimento de Deus é o perigo mais iminente do nosso tempo. A essa tendência, a liturgia deveria opor a presença de Deus. Mas o que acontece se o esquecimento de Deus entra até mesmo na liturgia, se na liturgia pensamos apenas em nós mesmos?

Em toda reforma litúrgica e em toda celebração litúrgica, o primado de Deus deveria sempre ocupar o primeiríssimo lugar. Com isso, foi muito além do livro do padre Alcuin. Mas acredito que, no entanto, tenha ficado claro que este livro, com a riqueza das suas idéias, nos ensina critérios e nos convida a uma reflexão posterior. Por isso eu recomendo a sua leitura.

* * *

Fonte: <http://fratresinunum.com/>

Comoção entre os tradicionalistas, que parecem os únicos réprobos em todo o mundo.

Por Francisco José Fernández de la Cigoña | Fonte e Tradução: Fratres in Unum.com*

O Vaticano decidiu intervir na Congregação Religiosa dos Franciscanos da Imaculada. É um poder de Roma que nenhum católico pode negar. Quando a Igreja percebe desvios morais, disciplinares, teológicos, administrativos... deve aplicar, e às vezes aplica, as correções necessárias. E delegam a autoridade no Instituto a um encarregado a quem todos devem submeter-se como se fosse seu superior geral.

Os Franciscanos da Imaculada são uma cisão dos Franciscanos Conventuais ocorrida nos anos setenta do século passado e que, **nestes dias de decadência das ordens e congregações religiosas, apresentam um crescimento notável.** Afeitos a forma extraordinária da missa, ainda que não a mantenham com exclusividade, aparentemente eram um modelo de ortodoxia, piedade, pobreza, manutenção do hábito religioso, abundância de vocações... O que não estávamos acostumados a ver em muitos outros institutos regulares. Digo aparentemente porque não há registro de desvios. Se houver, não são conhecidos no momento.

Aceito sem problemas que haja alguma dificuldade interna para que Roma adote medidas tão drásticas. Mas muito surpreende que as resoluções romanas vão sempre dirigidas a institutos tradicionais enquanto que os que se encontram em total decadência e em aberta contestação – por parte de alguns de seus membros – à própria Igreja sejam objetos de uma tolerância que há muitos parecerá conivência. Chegou a vez de severas medidas contra os Franciscanos da Imaculada e seria bom, para a própria autoridade de Roma, que nos explicasse a todos a causa de tão drástica intervenção. Que possui, ademais, sanções inexplicáveis, como a de proibir a seus sacerdotes a forma extraordinária da Missa, que, segundo o motu proprio de Bento XVI, está ao alcance e pode ser rezada por qualquer sacerdote católico. De modo que a medida adquire um caráter maldoso dificilmente compreensível, como se fossem também proibidos de rezar o rosário ou expor o Santíssimo, coisas que nada tem a ver com a correção de desvios no Instituto – no caso de eles existirem.

Daí que não poucos tenham pensado que estávamos ante a reação de dois impertinentes personagens: o prefeito da Congregação para os Religiosos e seu secretário, que manifestaram claramente sua ojeriza por uma Missa com a qual durante séculos se santificou a Igreja. E que aproveitaram a ocasião de desautorizar a vontade de Bento XVI, a respeito da forma extraordinária do rito latino, a qual evidentemente os contrariava. Envolvendo, ademais, o Santo Padre em uma medida que parece contradizer todas as suas declarações de respeito a abertura aos demais. Porque não se entende que os tradicionalistas estejam em uma condição muito pior que a dos gays, judeus, muçulmanos, protestantes ou ateus, para com os quais é raro não encontrar alguma manifestação de respeito; ou hoje os grandes inimigos de Deus e de sua Igreja são os tradicionalistas? Nem um louco pensaria tal coisa.

Do confuso Braz de Aviz e Frei Carballo, ainda que se pudesse esperar qualquer coisa pouco afortunada, não se poderia crer que chegariam a tais extremos, que podem superar a incompetência para cair na maldade e prevaricação. Causaram indignação no mundo tradicional, farto de condescendências com todos menos para com eles — devem ser as únicas pessoas no mundo que não merecem consideração e respeito por parte da Igreja. Mesmo sendo, como são, católicos exemplares. Ao menos comparados com muitíssimos outros que são objetos de tolerância sem limites, quando não de conivências mais que duvidosas. Hoje, a medida a respeito dos Franciscanos da Imaculada dá a muitos a impressão de que se trata de um ataque a mais, covarde e traiçoeiro, à Missa Tradicional. Obra de dois personagens rançosos e impertinentes que nada seriam sem o cargo que ocupam. Em minha terra, que é a do frei secretário que, como tal, assina tão preocupante documento, abundam umas árvores que levam o mesmo nome que ele. O fruto do carvalho é a bolota. E a bolota é de má qualidade...

** Nosso agradecimento a um caríssimo amigo, futuro Sacerdote do Altíssimo, pela gentileza de providenciar a tradução.*

-----x-----

“O Senhor disse-me: Aparelha-te agora como um mau pastor. Estou pronto a suscitar nesta Terra um pastor que não terá cuidado das ovelhas que perecem, não buscará as que se desgarram, não curará a que for ferida, nem alimentará a sã; mas comerá a carne das melhores e lhes arrancará as unhas. Ai do mau pastor que abandona o seu rebanho! Que a espada fira o seu braço e o seu olho direito! Que seque seu braço e seja coberto de trevas o seu olho direito!” (Zc. 11, 15-17)

**Texto compilado, comentado e enviado pelo internauta Marcelo Brandão, em
06/08/2013.**



www.mariamaedaigreja.net